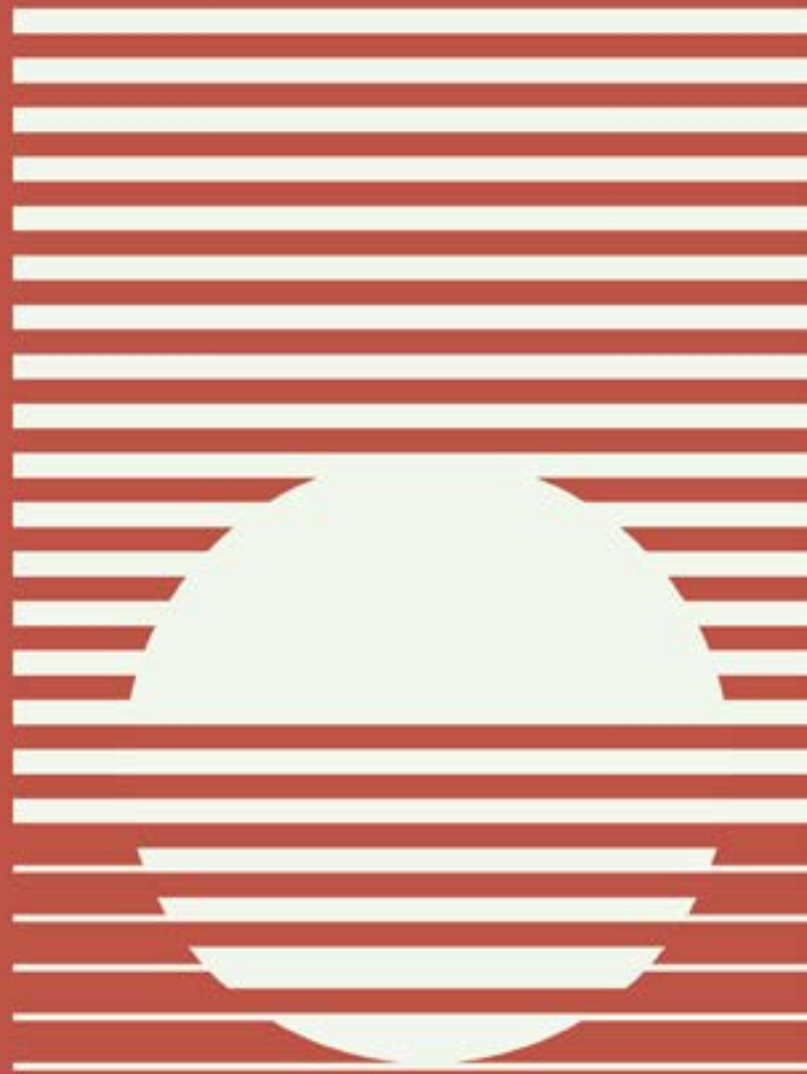


# CONJUNTURA



04  
2020

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

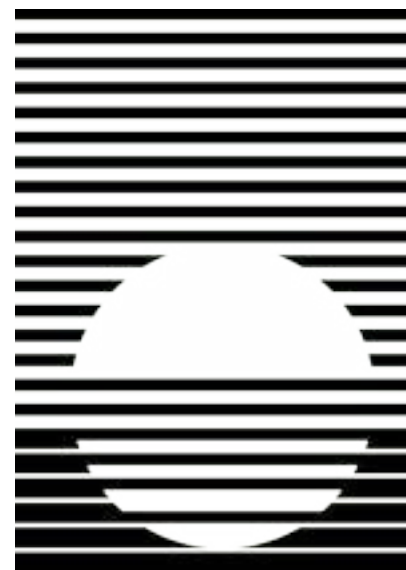
**Editor Executivo:** Ghaio Nicodemos Barbosa

**Editor Adjunto:** Gabriel Fragoso

**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Vilareal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Leonildes Nazar, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Márcia Miranda Charneski, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).



## SUMÁRIO

### Página 04

Ala ideológica do governo brasileiro volta a provocar atritos diplomáticos com a China  
Postura de Jair Bolsonaro frente à crise da Covid-19 é denunciada internacionalmente  
Mídia Internacional repercute instabilidade política no Brasil em meio à pandemia da Covid-19

### Página 05

Comprometida a venda do setor comercial da Embraer  
Pandemia ameaça povos tradicionais e acirra conflitos socioambientais no Brasil

### Página 06

Argentina suspende participação em negociações externas do Mercosul em meio à pandemia da Covid-19  
Pandemia da Covid-19 gera polêmica entre os governos da Argentina e Chile

### Página 07

Governo uruguaio envia projeto de lei de urgente consideração ao Congresso  
Peru e Equador recebem auxílio de Estados Unidos e China para combater a Covid-19

### Página 08

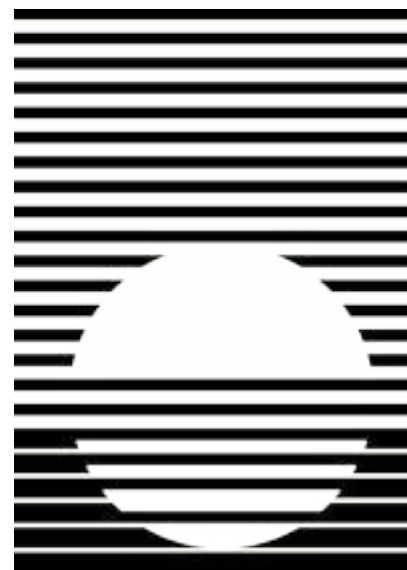
Ativistas trans e não-binários peruanos manifestam-se contra a imposição do isolamento social baseado em gênero  
Colômbia torna-se oficialmente membro da OCDE  
Migrantes bolivianos enfrentam dificuldades para retornar ao país

### Página 09

Em meio a pandemia, xenofobia e falta de recursos forçam retorno de migrantes venezuelanos ao país de origem  
Pressão dos EUA e desabastecimento de gasolina aprofundam crise na Venezuela

### Página 10

Mercosul e Prosul tomam medidas conjuntas para o combate à pandemia  
Crise da Covid-19 acirra tensões entre governantes locais



e chefes de Estado

### **Página 11**

Pandemia fortalece redes de solidariedade em países latino-americanos  
Estratégia mexicana no combate à COVID-19

### **Página 12**

Anúncio de programa financeiro gera controvérsia no México  
Pandemia acentua desigualdades sociais na Índia e na China

### **Página 13**

Segregação e preconceitos são agravados com o advento da pandemia na Índia e na China  
Líderes africanos manifestam preocupação com racismo no enfrentamento a Covid-19 na China

### **Página 14**

As políticas sociais emergenciais de África do Sul e Turquia no combate a Covid-19  
As medidas de isolamento no combate à pandemia da Covid-19 na Turquia e na África do Sul

### **Página 15**

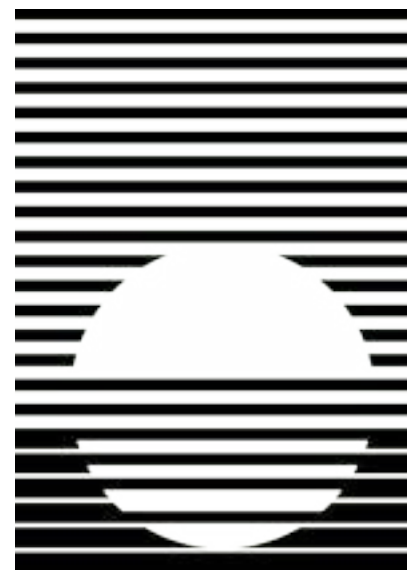
Covid-19 aumenta incertezas e impacta agenda de negociações climáticas  
Países avançam medidas contra migração usando pandemia como justificativa

### **Página 16**

O racismo amplificado em meio à pandemia  
Mulheres lideram iniciativas de combate a Covid-19

### **Página 17**

Mulheres iranianas garantem ritual islâmico no sepultamento de vítimas da Covid-19



## Ala ideológica do governo brasileiro volta a provocar atritos diplomáticos com a China

No dia 6 de abril, o Ministro da Educação Abraham Weintraub usou suas redes sociais para fazer insinuações a respeito do suposto interesse geopolítico da China com a disseminação da pandemia causada pela Covid-19. A postagem gerou novos atritos diplomáticos entre o Brasil e o país asiático. Em manifestação de repúdio e indignação à provocação de Weintraub, a embaixada chinesa no Brasil chamou as declarações de absurdas e desprezíveis, de forte cunho racista e com influências negativas nas relações entre os dois países. Em resposta às críticas de Beijing, Weintraub negou ter sido racista e acusou o governo chinês de esconder informações sobre a pandemia com objetivo de lucrar. Disse ainda que apenas pediria desculpas se a China vendesse mil respiradores a preço de custo. No dia 22, a desconfiança de setores do governo brasileiro diante de uma suposta ameaça comunista voltou a aparecer em um texto de autoria do chanceler Ernesto Araújo, publicado em seu blog pessoal, no qual o Ministro de Relações Exteriores questiona o papel da Organização Mundial da Saúde (OMS) e argumenta que a pandemia da Covid-19 representa um pretexto para o avanço global do novo comunismo. As declarações do chanceler não foram bem recebidas pela frente parlamentar Brasil-China, que avalia pedir seu impeachment. Em paralelo ao desgaste diplomático com a China, Bolsonaro segue a política de alinhamento ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Além de fazer coro às críticas de Trump à atuação da OMS, evitando questionar a decisão de Washington de suspender unilateralmente o financiamento da Organização, o governo Bolsonaro acompanhou os EUA ao não endossar a resolução das Nações Unidas que preconiza o acesso global a medicamentos e equipamentos e reafirma a importância da OMS durante a crise.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 04/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 06/04/2020; [Estado de S. Paulo](#), 06/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 14/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 21/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 22/04/2020; [G1](#), 22/04/2020.

## Postura de Jair Bolsonaro frente à crise da Covid-19 é denunciada internacionalmente

No mês de abril, mesmo com o avanço da pandemia no Brasil – alcançando a marca de 5017 mortos e 71.886 casos confirmados – o Presidente Bolsonaro insistiu no discurso e necessidade de abertura e retorno às atividades, bem como na manutenção de uma agenda de visitas públicas, mantendo contato físico com eleitores e cidadãos. Diante dessa postura, diver-

sos grupos e entidades recorreram às instâncias internacionais para denunciar tais atitudes. Em 2 de abril, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) denunciou Jair Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional pela prática de crime contra a humanidade. Conforme aponta a associação, o presidente estimula ações que ocasionam o aumento do contágio do vírus, expondo a saúde e a segurança de cidadãos brasileiros. Dentre as ações, destacam-se o estímulo ao fim do isolamento social, à reabertura de escolas, igrejas e comércio, participação e convite para manifestações e aglomerações públicas e o lançamento da campanha “O Brasil não pode parar”. No dia 4 de abril, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) solicitou à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização Mundial da Saúde (OMS), para que tomem providências contra o presidente Jair Bolsonaro. O documento assinado pelo presidente da comissão, Helder Salomão (PT-ES), e os vices: Padre João (PT-MG), Túlio Gadelha (PDT-PE), Camilo Capiberibe (PSB-AP), e foi enviado ao diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus e para a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet. O ofício lista algumas declarações de Bolsonaro que supostamente teriam minimizado os efeitos da pandemia da Covid-19. Em 17 de abril, um grupo de entidades da sociedade civil, além políticos e juristas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), fizeram uma denúncia contra o Estado brasileiro por violação ao direito à informação clara, precisa e cientificamente embasada sobre as ações, articulações e políticas públicas eficientes de combate a Covid-19. Mediante as inúmeras denúncias, no dia 29 de abril, uma relatoria da ONU publicou um comunicado em que apontaram que o Brasil deveria abandonar imediatamente políticas de austeridade mal orientadas, que colocam vidas em risco e aumentar os gastos para combater a desigualdade e a pobreza exacerbada pela pandemia. Essa é a declaração mais dura já feita por relatores da ONU contra o Brasil por conta de sua gestão da crise e uma das raras direcionadas contra um país específico por sua gestão sanitária.

Fontes: [Correio Braziliense](#), 03/04/2020; [Jornal do Brasil](#), 07/04/2020; [Carta Capital](#), 28/04/2020; [Our World in Data](#), 29/04/2020.

## Mídia Internacional repercute instabilidade política no Brasil em meio à pandemia da Covid-19

Em abril, a instabilidade política no Brasil causada pela saída de ministros populares do governo de Jair Bolsonaro, em meio ao agravamento da pandemia da Covid-19, ganhou repercussão nos principais veículos de comunicação no mundo. No dia 16, a demissão do ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta atraiu os

holofotes de jornais como The Guardian (Reino Unido), The Washington Post (EUA), Le Figaro (França), Süddeutsche Zeitung (Alemanha) e Clarín (Argentina), os quais destacaram as divergências entre Bolsonaro e Mandetta em relação à política de combate a Covid-19. Um dia antes, o jornal The Guardian publicara editorial criticando a atuação do presidente Bolsonaro frente à pandemia e ao aumento de casos de pessoas contaminadas no Brasil. Desde o início da crise sanitária, o mandatário brasileiro buscou minimizar o impacto da doença e fez críticas à política de isolamento social horizontal, defendida por Mandetta com o respaldo da comunidade científica e da Organização Mundial da Saúde (OMS). A demissão do Ministro, que até então gozava da aprovação de 76% da população brasileira, gerou protestos nas principais capitais do país. No dia 24, foi a vez do ministro da justiça e segurança pública Sergio Moro roubar a cena ao declarar sua renúncia ao cargo no governo, motivada pela exoneração do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. Moro alegou que, na ausência de razões técnicas que a justificassem, a demissão de Valeixo representava interferência política do chefe do Executivo sobre a autonomia da Polícia Federal garantida pela lei. Mais uma vez, o caso teve ampla cobertura na mídia internacional, sobretudo em virtude da alta popularidade do ministro pelos esforços de combate à corrupção no país. Ao noticiar o evento, o jornal alemão Spiegel qualificou a gestão de Bolsonaro como “relaxada”. O periódico italiano Corriere Della Sera, por sua vez, considerou a saída de Moro “um terremoto para Bolsonaro e seus filhos”. Assim como Mandetta, Moro mostrava insatisfação com as diretrizes defendidas pelo Presidente na condução da crise sanitária. Ao final do mês, com mais de seis mil mortes causadas pela Covid-19, o Brasil já superou o número de vítimas fatais registradas na China.

Fontes: [El País](#), 15/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 16/04/2020; [G1](#), 16/04/2020; [G1](#), 24/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 24/04/2020; [G1](#), 30/04/2020; [O Globo](#), 30/04/2020.

## Comprometida a venda do setor comercial da Embraer

Em 2018, a empresa brasileira de aviação Embraer assinou contrato com a americana Boeing visando a criação de uma joint-venture. Este contrato transferiria o controle do setor de aviação comercial da Embraer para a Boeing, garantindo a participação da Embraer

em 20% do capital da joint-venture, enquanto os 80% restantes do capital da nova empresa ficariam a cargo da Boeing. Em abril de 2020, frente às consequências econômicas da Covid-19, a Boeing teve prejuízo de 641 milhões de dólares, agravado pelo cancelamento de aquisições de aeronaves 737 Max, proibidas de operar em diversos países por suas agências reguladoras de aviação. Diante das circunstâncias econômicas, a empresa americana declarou ao governo brasileiro que pretendia desistir da aquisição da Embraer, alegando que a empresa brasileira havia descumprido parte das regras expressas no contrato. A Embraer, que sofreu rebaixamento de nota e viu suas ações despencarem na bolsa de valores, entrou com processo de arbitragem para receber ressarcimento pelos prejuízos causados pela Boeing, já que o contrato não prevê a possibilidade de rescisão em caso de pandemia. Reações diversas foram manifestadas pelos membros do governo Bolsonaro, onde o vice-presidente Hamilton Mourão declarou que a China poderia ser uma possível parceira substituta. A ala ideológica do governo, representada pelo chanceler Ernesto Araújo e pelo deputado Eduardo Bolsonaro, se opôs a possibilidade de um acordo com a China. A ala militar, por sua vez, viu a oportunidade de destacar novamente desapeço a venda ou privatização da Embraer, dado que considera o setor aeroespacial estratégico para o país. Investidores apontam que a Embraer precisará de suporte econômico para recuperar as perdas que sofreu em decorrência da rescisão contratual.

Fontes: [G1](#), 25/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 26/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 26/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 27/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 27/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 27/04/2020; [G1](#), 28/04/2020..

## Pandemia ameaça povos tradicionais e acirra conflitos socioambientais no Brasil

Em abril, organizações não-governamentais e pesquisadores alertaram para a necessidade de responsabilização das autoridades brasileiras sobre a proteção de povos tradicionais, sobretudo indígenas e quilombolas, no contexto da pandemia da Covid-19. Segundo apontam os especialistas, os riscos para essas populações mais vulneráveis estão em diferentes frentes, como as dificuldades da prática do isolamento social, a ausência de estrutura que garanta serviços básicos (atendimento médico, educação e acesso a mantimentos), além da intensificação dos conflitos socioambientais nessa conjuntura de crise político-social. No dia 22 de abril, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) informou que houve seis mor-

tes por Covid-19 em onze dias de monitoramento das comunidades. No Pará, o IBAMA identificou a invasão de garimpeiros ao longo de diversos pontos da Bacia do Xingu, indicando que atividades ilegais se mantiveram ativas nesse período de pandemia. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia informou que o desmatamento da Amazônia no primeiro trimestre de 2020 foi 51% maior do que o do período equivalente de 2019. Além do risco de contaminação no contato com as comunidades, o garimpo, posseiros e a extração ilegal de madeira também ameaçam a vida desses povos. Em 17 de abril, o Brasil registrava três mortes de indígenas de diferentes etnias pela Covid-19. Segundo denúncia dos Yanomami, o vírus está chegando à floresta por meio dos invasores. Assim, não só a pandemia é uma realidade, mas os conflitos ambientais também, tornando a situação dessas comunidades tradicionais ainda mais frágil. No dia 18 de abril, um indígena Uru-eu-wau-wau foi assassinado em Roraima, enquanto trabalhava como vigilante para denunciar invasões dentro das aldeias. O Instituto Socioambiental (ISA) lançou em abril a Plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia da Covid-19 no Brasil, a fim de apoiar os esforços de proteção e sobrevivência desses povos. Enquanto isso, o governo anuncia perdão de dívidas de desmatadores da mata atlântica, um dos biomas mais afetados pelo desmatamento no Brasil.

Fontes: [BBC](#), 06/04/2020; [O Globo](#), 15/04/2020; [G1](#), 18/04/2020; [Instituto Socioambiental](#); [Estado de S. Paulo](#), 21/04/2020; [Uma Gota no Oceano](#), 22/04/2020; [CONAQ](#), 22/04/2020; [IPAM](#), 22/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 24/04/2020.

## **Argentina suspende participação em negociações externas do Mercosul em meio à pandemia da Covid-19**

No dia 24 de abril, a representação argentina no Mercosul comunicou que abandonaria as negociações de acordos de livre-comércio que a organização está desenvolvendo com países como Singapura, Coreia do Sul, Líbano e Canadá. No dia seguinte, o presidente Alberto Fernández explicou que a Argentina não tem nenhuma pretensão de sair do Mercosul ou dos acordos já vigentes com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio, e que a decisão não impediria os outros países a seguirem com as negociações já em andamento. Fernández argumentou que optou por essa posição por considerar que estes acordos não trariam benefício diretos para a economia do país e que o foco total no momento deve

estar no combate da Covid-19. A oposição condenou fortemente a decisão. Jorge Faurie, Ministro das Relações Exteriores durante o mandato de Mauricio Macri, classificou-a como um erro estratégico, ao considerar o Mercosul como a única instância que o país terá para sair da crise econômica. Rapidamente, entidades representativas de diversos setores econômicos uniram-se para demandar a revisão do abandono das negociações. Frente a essas pressões, e depois de conversas entre Alberto Fernández e os mandatários do Uruguai e do Chile, a chancelaria argentina mudou o tom, e comunicou em reunião das coordenações nacionais do bloco que vai se manter nas negociações, porém procurando manter um ritmo diferenciado dos outros membros. O objetivo do governo seria ganhar tempo para convencer os outros países dos danos que a ampliação da liberalização do comércio internacional teria para a já bastante fragilizada economia argentina. No dia 07 de maio, ocorrerá uma nova reunião virtual do Mercosul para que se avance na questão e se esclareça a posição argentina, especialmente sobre como irá funcionar o regime de negociação para os futuros acordos de livre comércio do bloco. O país segue com medidas fortes de enfrentamento à Covid-19, tanto em termos de distanciamento social como de seguridade social, logrando manter as taxas de contágio e óbitos relativamente baixos – principalmente se comparado ao vizinho brasileiro; até agora, são cerca de 200 mortes na Argentina em mais de 4 mil casos.

Fontes: [Exame](#), 26/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 28/04/2020; [La Nación](#), 29/04/2020; [La Nación](#), 30/04/2020.

## **Pandemia da Covid-19 gera polêmica entre os governos da Argentina e Chile**

No dia 10 de abril, em uma coletiva de imprensa, o presidente argentino Alberto Fernández apresentou estatísticas que comparavam Argentina, Brasil e Chile em relação aos números de pessoas contagiadas pelo vírus da Covid-19, bem como o número de óbitos provocados pela pandemia. Com números inferiores em seu país, o mandatário argentino deu ênfase ao fato de o Chile possuir apenas a terça parte da população da Argentina, porém, ter números mais elevados de contagiados. Na sequência, no dia 12 de abril, a imprensa argentina divulgou uma suposta resposta chilena à fala de Fernández, questionando as estatísticas apresentadas por este presidente. Embora os jornais tenham atribuído status oficial ao do-

cumento, ele foi divulgado sem o conhecimento do chanceler, Teodoro Ribera, ou do presidente chileno, Sebastián Piñera. Sem que houvesse declaração posterior a esta divulgação, especula-se quem teria vazado o relatório, assinado por um assessor presidencial. Para pôr fim à polêmica, os chanceleres e ministros da saúde de ambos países se reuniram via videoconferência para reforçar os laços de cooperação. No entanto, os dois governos protagonizaram outra situação desconfortável, em razão da reunião entre Alberto Fernández e parlamentares chilenos, membros do Grupo de Puebla, para debater propostas de combate a Covid-19. Na ocasião, o presidente argentino teria afirmado ser necessário uma união da esquerda chilena para recuperar o poder. O episódio foi alvo de inúmeras críticas tanto da centro-esquerda chilena, como do governo que expressou “estranheza” pela ingerência de Fernández em assuntos internos do Chile. Novamente, para superar qualquer dano às relações bilaterais, os presidentes dos dois países dialogaram por telefone e destacaram a importância de promover a integração latino-americana nesse momento e que os adversários são os mesmos para ambos: a pandemia e a recessão.

Fontes: [La Tercera](#), 13/04/2020; [Ministério das Relações Exteriores Chile](#), 15/04/2020; [Emol](#), 24/04/2020; [Emol](#), 26/04/2020; [Bio Bio Chile](#), 27/04/2020.

## Governo uruguaio envia projeto de lei de urgente consideração ao Congresso

No dia 23 de abril de 2020, o governo do presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, enviou formalmente ao Congresso o projeto de lei de urgente consideração (LUC), que contém 502 artigos. O Secretário Adjunto da Presidência, Rodrigo Ferrés, afirmou que o projeto foi tema da campanha de Lacalle Pou e que é fruto de consenso entre representantes da sociedade civil e partidos políticos. O projeto será apreciado primeiro pelo Senado, que terá 45 dias para realizar essa tarefa, e a Câmara dos Deputados terá mais 30 dias. Caso a Câmara faça modificações no projeto da LUC, o Senado terá mais 15 dias para analisá-las, totalizando 90 dias de tramitação. O projeto é polêmico sobretudo por ter sido enviado em meio à pandemia da Covid-19 e devido à quantidade de artigos e à amplitude de temas contemplados, que incluem desde medidas para reduzir o tamanho do Estado – por exemplo, a criação de uma nova regra fiscal, a redução de funcionários públicos e alterações no funcionamento de empre-

sas públicas – até propostas para modificar o Código Penal. Por esses motivos, a medida gerou reações de diversos atores. A maior coalizão de oposição ao governo, a Frente Ampla, interpretou a proposta da LUC como um abuso por parte do governo e questionou a constitucionalidade do projeto. Dessa forma, ela apresentou uma moção no Senado para solicitar a retirada do caráter de urgência, que foi rechaçada pela maioria dos senadores. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) criticou duramente a LUC, que prevê o aumento de dois para dez anos as penas de prisão para menores e elimina o regime de semiliberdade, medidas que contradizem os princípios internacionais de proteção aos direitos humanos e infantis. A Central Única dos Trabalhadores (PIT-CNT) também é crítica à LUC, já que ela restringe alguns capítulos do direito ao protesto dos trabalhadores.

Fontes: [Presidencia de Uruguay](#), 09/04/2020; [Presidencia de Uruguay](#), 23/04/2020; [El País](#), 27/04/2020; [El Observador](#), 28/04/2020; [El Observador](#), 28/04/2020.

## Peru e Equador recebem auxílio de Estados Unidos e China para combater a Covid-19

Peru e Equador foram os países sul-americanos que, depois do Brasil, tiveram o maior número de casos da Covid-19, em abril. Os governos de ambos os países receberam auxílios de diferentes tipos de Estados Unidos e China. Ao Peru, o governo dos Estados Unidos anunciou, no dia 18, a doação de US\$ 2,5 milhões, que serão canalizados pela Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID, em inglês) ao setor de saúde. A China, através de fontes diversas, concentrou sua ajuda no envio de equipamentos médicos: no dia 8, a prefeitura da cidade de Zhongshán doou 200 mil máscaras e 100 termômetros; nos dias 16 e 22, a empresa Huawei anunciou a doação de 200 mil máscaras, 2 mil trajes médicos e 2 mil óculos protetores; e no dia 28, o governo do país enviou 10 mil reativos para testes da doença e 2 mil pares de luvas médicas. Por sua vez, no Equador, onde o governo negocia empréstimos internacionais para combater a crise, o presidente Lenín Moreno declarou, no dia 30 de março, que já obteve quase US\$ 2 bilhões de entidades internacionais, sendo US\$ 1 bilhão proveniente apenas do Banco de Desenvolvimento da China, US\$ 500 milhões do Fundo Monetário Internacional (que se somam ao pacote de US\$ 4,2 bilhões acordado em 2019), US\$ 376 milhões do Banco Mundial, US\$ 51 milhões da Cooperação Andina de Fomento e US\$ 25 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvi-



mento. Além disso, em 22 de abril, a empresa chinesa Tencent anunciou a doação de 120 mil máscaras e 5 mil trajes médicos ao governo. Dois dias depois, em 24 de abril, Donald Trump publicou, em rede social, que os Estados Unidos enviariam respiradores ao Equador, sem especificar a quantidade.

Fontes: [El Telégrafo](#), 30/03/2020; [Ministério das Relações Exteriores do Peru](#), 16/04/2020; [El Mercurio](#), 22/04/2020; [Ministério das Relações Exteriores do Peru](#), 22/04/2020; [Reuters](#), 24/04; [La República](#), 28/04/2020.

## Ativistas trans e não-binários peruanos manifestam-se contra a imposição do isolamento social baseado em gênero

No começo de abril, com cerca de 1414 casos confirmados e 55 mortes no Peru, o governo aumentou o isolamento do país. Em março, devido ao aumento do número de casos de Covid-19 no mundo, Martin Vizcarra, presidente do Peru, havia decretado medidas para o isolamento social no país. A opção para reforçar a quarentena foi de decretar que a saída de casa deveria ser dividida por gênero – com homens saindo às segundas, quartas e sextas e mulheres às terças, quintas e sábados -. Segundo o presidente, essa medida fortificada visava reduzir pela metade o número de pessoas na rua e não iria impactar nos trabalhadores essenciais. Ao ser questionado por ativistas e jornalistas sobre a segurança de pessoas transexuais e não-binárias, Vizcarra afirmou que seriam instruídos os agentes da polícia para que nenhum cidadão peruano que se enquadrasse nesses contextos fosse vítima de discriminação. Porém, não foi o que aconteceu. Homens e mulheres transexuais, bem como pessoas não-binárias reportaram o aumento do assédio moral e da discriminação sofridos nas ruas por parte da polícia peruana. Por conta disso, a medida, que deveria ser prolongada até o dia 12 de abril foi revogada e modificada para que apenas uma pessoa por família saísse para ir aos bancos, supermercados e farmácias do país – manteve-se a proibição de saída aos domingos.

Fontes: [Veja](#), 03/04/2020; [BBC](#), 11/04/2020; [Pink News UK](#), 15/04/2020; [Andina PE](#), 16/03/2020.

## Colômbia torna-se oficialmente membro da OCDE

Após adesão do Chile e do México à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Colômbia tornou-se o terceiro país latino-americano a aderir à instituição, no dia 28 de abril. O governo colombiano havia solicitado sua adesão em 2013, mas apenas em 2018 houve convite formal por parte dos membros da OCDE para que o país ingressasse na organização. Durante esse tempo, o governo buscou adaptar-se às diretrizes da instituição e implementou algumas reformas em sua legislação para que sua adesão fosse efetivada, como na área de trabalho, no sistema judicial, na gestão das empresas públicas e na luta contra a corrupção. Após completar os procedimentos internos para adaptar-se à Convenção da OCDE e passar por um processo de revisão dos 23 comitês da organização que monitoram políticas públicas e econômicas, o país depositou o instrumento de adesão, tornando-se oficialmente o 37º membro da OCDE. Outros países da região da América Latina e Caribe – Brasil e Costa Rica – aguardam aprovação para ingressar no organismo, que reúne, em sua maioria, países desenvolvidos.

Fontes: [El Espectador](#), 28/04/2019; [El Tiempo](#), 29/04/2020; [G1](#), 29/04/2020.

## Migrantes bolivianos enfrentam dificuldades para retornar ao país

Com a quarentena imposta nos países sul-americanos, muitos migrantes decidiram retornar aos seus países de origem. A Bolívia determinou o fechamento de suas fronteiras no dia 19 de março de 2020, no entanto, muitos bolivianos que estavam no Chile foram à fronteira para retornar ao seu país. No final de março, já eram 300 pessoas aguardando autorização para entrar na Bolívia. A presidenta do senado boliviano, Eva Copa, e os ex-presidentes Carlos Mesa e Eduardo Rodríguez Veltzé pediram que o governo boliviano autorizasse a entrada desses cidadãos. A resposta foi dada no dia 4 de abril, quando foi inaugurado um acampamento na cidade de Pisiga, na fronteira com o Chile. 480 bolivianos foram recebidos, mas antes de retornar às suas cidades, eles deveriam cumprir uma quarentena de 14 dias no acampamento. No entanto, no dia 7 de abril, um novo grupo, com cerca de 400 migrantes bolivianos, chegou à fronteira e tentou entrar à força no país. Houve enfrentamentos com o exército da Bolívia e dois bolivianos foram presos, acusados de atentado contra a saúde pública. Javier García, prefeito de Colchane, cidade chilena que faz fronteira com a Bolívia, criticou a postura do governo boliviano. Este, no entanto, afirmou que não tinha capacidade de

construir um novo acampamento, e que o novo grupo só poderia entrar no território boliviano quando o primeiro concluísse sua quarentena, fato que só ocorreu no dia 17 de abril. A chancelaria boliviana anunciou que está cooperando com o governo chileno para dar assistência aos cidadãos que desejam retornar ao país, número que chegava a 1600 pessoas no final do mês de abril.

Fontes: [El Deber](#), 31/03/2020; [El Deber](#), 04/04/2020; [La Razón](#), 07/04/2020; [El Deber](#), 08/04/2020; [El Deber](#), 11/04/2020; [La Razón](#), 17/04/2020; [El Deber](#), 20/04/2020.

## **Em meio a pandemia, xenofobia e falta de recursos forçam retorno de migrantes venezuelanos ao país de origem**

Com o objetivo de conter a Covid-19, em 14 de março houve o fechamento das fronteiras entre a Colômbia e a Venezuela, seguido do isolamento obrigatório decretado pelo governo de Iván Duque no dia 26. Tais medidas ocasionaram o retorno de migrantes venezuelanos para seu país de origem por falta de recursos, já que em sua maioria são trabalhadores informais, que recebem por dia e enviam dinheiro para suas famílias. Além disso, os venezuelanos estão sofrendo xenofobia nos países de acolhida e, em cidades como Bogotá, foram despejados por não poder pagar o aluguel. Em meio ao fechamento de fronteiras foi aberto um corredor humanitário da Colômbia para a Venezuela, e segundo o governo venezuelano, 20 mil pessoas já retornaram ao país. São pessoas que saíram da Venezuela anteriormente diante do quadro econômico e social do país, se deslocando para a Colômbia, Equador e Peru, porém tendo agora de retornar a pé ou de ônibus através de uma longa jornada de centenas de quilômetros, para um país com escassez de alimentos, remédios e com o sistema de saúde em colapso. Apesar do governo colombiano disponibilizar ajuda para os residentes mais vulneráveis, segundo a ACNUR, 1,6 milhões de venezuelanos não podem receber a ajuda, pois 60% não se encontram registrados, o que impossibilita acessar serviços essenciais. Venezuelanos também retornaram do Equador devido ao agravamento da pandemia em Guayaquil, ocasionando a situação de cadáveres nas ruas. Segundo o governo bolivariano, os regressos são bem-vindos e, ao chegar no território nacional, estão sendo recebidos por profissionais de saúde, que verificam sintomas e avaliam

a necessidade de quarentena, que está sendo realizada em um abrigo público. Porém, grupos de direitos humanos e líderes da oposição denunciam que migrantes venezuelanos foram levados à força para escolas e prédios abandonados, sendo obrigados a permanecer por duas semanas. Migrantes alegam que as autoridades prometeram a realocação, porém estão dormindo no terminal de ônibus com pouca comida, sem receber máscaras e com mais pessoas chegando.

Fontes: [Clarín](#), 05/04/2020; [France 24](#), 06/04/2020; [CNN Español](#), 07/04/2020; [Al Jazeera](#), 08/04/2020; [El País](#), 12/04/2020; [RFI](#), 15/04/2020.

## **Pressão dos EUA e desabastecimento de gasolina aprofundam crise na Venezuela**

Em 31 de março de 2020, o governo Trump anunciou uma proposta de transição democrática para a Venezuela: um conselho de governo, sem Nicolás Maduro e Juan Guaidó, responsável por organizar eleições livres. Em troca, os EUA suspenderiam as sanções impostas à Venezuela. O Grupo de Lima e a União Europeia apoiaram a proposta, enquanto Maduro a rejeitou. No dia 1º de abril, Trump anunciou que estava deslocando navios para a costa venezuelana, a fim de combater o tráfico de drogas na região. Importante notar que, no dia 26 de março, o governo estadunidense anunciou que estava processando Maduro e membros de seu governo por narcoterrorismo. A Rússia e o governo de Maduro criticaram a ação, enquanto Guaidó demonstrou apoio. Enquanto a pressão externa se acentuou, a situação doméstica na Venezuela piorou no mês de abril. O país passa por um grande desabastecimento de gasolina, que vem gerando as maiores filas na história venezuelana. O governo de Maduro responsabiliza as sanções estadunidenses pelo desabastecimento, mas a queda no preço do petróleo, ocasionada pela crise da Covid-19, também vem contribuindo para essa situação. A falta de gasolina levou a um desabastecimento de bens essenciais em várias cidades do país. Com isso, o preço dos alimentos disparou, o que vem gerando inúmeros protestos nas ruas, mesmo com a quarentena imposta pelo governo. Saques a mercados foram registrados, assim como uma dura repressão por forças policiais e detenção de manifestantes. Durante um protesto no dia 23 de abril, na cidade de Upara, uma pessoa morreu baleada. Para tentar solucionar a crise, o governo

venezuelano anunciou o controle de preços de 27 produtos. Além disso, a Venezuela vem cooperando com o Irã para obter insumos para a produção de gasolina, e Tarek el Aissami foi anunciado como novo ministro do petróleo. El Aissami é acusado de envolvimento com o narcotráfico e o Hezbollah.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 31/03/2020; [O Globo](#), 01/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 02/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 03/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 15/04/2020; [El Nacional](#), 21/04/2020; [G1](#), 23/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 25/04/2020; [El Nacional](#), 26/04/2020; [El Nacional](#), 28/04/2020.

## **Mercosul e Prosul tomam medidas conjuntas para o combate à pandemia**

Enquanto o Mercosul passa por uma crise pelo anúncio, por parte da Argentina, do abandono das negociações comerciais dentro do bloco, o Paraguai, que exerce a Presidência Pro Tempore do organismo, liderou o encaminhamento de recursos para atender à pandemia da Covid-19 nos países que pertencem ao bloco. O Conselho do Mercado Comum aprovou US\$ 16 milhões, US\$6 milhões para o fundo de desenvolvimento do FOCEM e US\$10 milhões de um fundo de reserva de crédito por a serem distribuídos pelos Estados conforme suas necessidades. Com o novo acordo, foram destinados mais recursos para o projeto Pesquisa, Educação e Biotecnologias aplicados na saúde, criado em 2011 no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). O FOCEM tem como objetivo a redução das assimetrias entre os países do bloco. Os recursos serão destinados para aquisição de insumos médicos e testes de diagnóstico. O Paraguai, principal receptor de recursos do FOCEM, recebeu US \$520.000 para o Laboratório Central do Ministério de Saúde. Com a crise da pandemia, o FOCEM tem fortalecido a cooperação entre o Instituto de Biomedicina de Buenos Aires (IBIO-BA-CONICET) da Argentina, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) do Brasil, o Laboratório Central de Saúde Pública (LCSP) e CEDIC do Paraguai e o Instituto Pasteur de Montevidéu, no Uruguai. Por sua vez, mandatários do Prosul, reuniram-se virtualmente pela segunda vez, em 6 de abril, para discutir a coordenação de políticas para mitigar os efeitos da pandemia na região. Além dos presidentes do Chile, Colômbia, Bolívia, Equador, Paraguai e Peru, participou também o presidente do Banco Interamericano de Desenvol-

vimento (BID). O presidente colombiano, Iván Duque, propôs a busca de financiamento para enfrentar a emergência sanitária e a compra conjunta de testes, respiradores e equipamentos de proteção para profissionais da saúde que atendem na emergência.

Fontes: [Época](#), 03/04/2020; [Mercosul](#), 03/04/2020; [Ministério das Relações Exteriores do Paraguai](#), 04/04/20; [El Colombiano](#), 06/04/2020.

## **Crise da Covid-19 acirra tensões entre governantes locais e chefes de Estado**

Durante o mês de abril, o aprofundamento da pandemia de Covid-19 na América Latina foi responsável por acirrar desentendimentos entre os governos de províncias e estados locais e seus respectivos Chefes de Estado, sobretudo no que se refere à solicitação de ajuda externa e ao atendimento das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a Presidência emitiu declarações que minimizavam os efeitos da pandemia, pedindo parcimônia aos governadores e prefeitos na instalação de medidas restritivas. A maioria dos governadores, entretanto, adotou postura diversa, tendo decidido, em reunião virtual, que manteriam as medidas de precaução. No Equador, a prefeita de Guayaquil, Cynthia Viteri, acusou a presidência de ter deixado a província ao relento, em meio ao escalonamento sem precedentes da doença no local, que conferiu à cidade o apelido de “Wuhan equatoriana” – em referência à localidade chinesa que foi o epicentro do surgimento da pandemia. Na Colômbia, as disputas ficaram por conta do presidente Ivan Duque e a prefeita de Bogotá, Claudia López. Enquanto Duque defendeu a flexibilização das medidas adotadas ao final de abril, autorizando o retorno concomitante de atividades econômicas, López manifestou-se contrariamente, defendendo um combate mais rigoroso à pandemia, visto que quase metade dos infectados do país está na capital. A prefeita criticou a reabertura do aeroporto internacional El Dorado, ao passo que o presidente respondeu argumentando que não era momento para competição política no país e que outros governantes locais estavam seguindo as diretrizes presidenciais. López, então, enviou uma carta pedindo uma flexibilização gradual e segura. Ainda como decorrência da pandemia da Covid-19 na Colômbia, as Nações Unidas solicitaram ao Exército de Libertação Nacional (ELN) que estendesse o cessar fogo declarado com o governo. Todavia, o grupo armado respondeu negativamente, frente à recusa do

governo de Duque em retomar negociações.

Fontes: [BBC](#), 06/04/2020; [El Mercurio](#), 10/04/2020; [Semana](#), 22/04/2020; [El Tiempo](#), 26/04/2020; [El Tiempo](#), 27/04/2020.

## **Pandemia fortalece redes de solidariedade em países latino-americanos**

Com o crescimento da pandemia de Covid-19, iniciativas solidárias estabelecem redes locais por toda América Latina, incluindo organizações não governamentais, empresas e voluntários a fim de estabelecer doações de materiais de proteção, alimentos e fundos. Em São Paulo, na comunidade de Paraisópolis, em razão da dificuldade de fazer o isolamento social, e para conter a disseminação do vírus, os moradores se organizaram para monitorar casos suspeitos, orientar a família, e acionar ambulâncias, no caso de necessidade. Ainda, os moradores com mais dificuldade financeira recebem refeições. No dia 11, a comunidade recebeu ovos de chocolate em razão da Páscoa. O projeto “Costurando Sonhos” que já era responsável pela capacitação de mulheres para a atividade da costura, se voltou para as necessidades do momento de pandemia e tem tido como foco a confecção de máscaras de pano. Na Argentina, trabalhadoras de saúde mental oferecem ajuda todos os dias da semana de forma gratuita. Em Cuba, uma das instituições usadas como centro de isolamento para casos suspeitos de Covid-19 na província de Camagüey conta com um grupo de voluntários para auxiliar os profissionais da saúde. Na Colômbia, universidades trabalham em protótipos de respiradores, e na realização do diagnóstico. No dia 20, a Fundação Bavaria anunciou, junto com o Banco Itaí e o Ministério da Defesa Nacional colombiana, a construção de um hospital de emergência exclusivamente para os casos de infectados pelo vírus. Soma-se a esses exemplos a Resolução nº 01/20 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no dia 10, elaborada em razão da pandemia, e que adota recomendações de que o enfrentamento deve ser através dos direitos humanos.

Fontes: [Deutsche Welle](#), 09/04/2020; [Play Off Magazine](#), 09/04/2020; [OAS](#), 10/04/2020; [Geledés](#), 13/04/2020; [Bavaria](#), 20/04/2020.

## **Estratégia mexicana no combate à COVID-19**

No dia 12 de abril, o Subsecretário de Saúde do México, Hugo López-Gatell, afirmou que o país estava na fase 3 da pandemia da COVID-19. O elemento central dessa fase é o risco de sobrecarga do sistema de saúde, principalmente das unidades de terapia intensiva dos hospitais. Assim, uma medida adotada foi o fortalecimento da cooperação com a China que, em 10 abril, por meio de uma ligação entre os presidentes Xi Jinping e AMLO, reafirmou o intercâmbio de experiência entre especialistas dos referidos países para prevenção e controle da Covid-19. Em 7 de abril, o México já havia recebido 10,1 toneladas de insumos médicos comprados de Shanghai. Marcelo Ebrard, Secretário de Relações Exteriores mexicano, informou que o país tem conseguido realizar compra de materiais médicos por meio da cooperação internacional também com Cuba, Espanha, Itália, França e Reino Unido. No entanto, os impactos sociais e econômicos no âmbito doméstico são inevitáveis. López Obrador tem adotado diversas medidas para controlar o desemprego que, em 13 de abril, já havia resultado em mais de 360 mil pedidos de seguro social. O presidente mexicano informou que o país vai adotar ações na contramão de práticas neoliberais. Para tanto, em 24 de abril, o governo publicou decreto presidencial que atualizou a estratégia econômica de seu governo, estabelecendo o compromisso de, na última semana de abril, entregar mais de 27 mil empréstimos solidários a pequenos empresários que não tenham demitido seus funcionários. Além de fechar 10 subsecretarias do governo, garantido a realocação dos funcionários, estabelece também o compromisso de não demitir nenhum trabalhador da administração pública. Todavia, haverá redução salarial e não serão pagos benefícios e outros adicionais, inclusive ao presidente. Os gastos governamentais devem ser adiados, com exceção de 38 programas sociais que terão o pagamento realizado por execução orçamentária controlada, com tratamento preferencial para saúde, segurança pública e defesa. A produção petroleira, que já sofre com a derrocada dos preços do barril no mercado internacional, também será afetada pelas medidas de austeridade, reduzindo a quantidade de exportação de barril/dia, dedicando-os ao refino interno para diminuir a importação de gasolina, e, conseqüentemente, não ter um aumento do valor para o abastecimento do mercado doméstico.

Fontes: [TeleSur](#), 09/04/2020; [EFE](#), 10/04/2020; [El Diario de Chihuahua](#), 10/04/2010; [Excelsior](#), 12/04/2020; [TeleSur](#), 22/04/2020; [Infobae](#), 23/04/2020; [El Infor-](#)

[mador](#), 24/04/2020.

## Anúncio de programa financeiro gera controvérsia no México

No dia 27 de abril de 2020, o Conselho Mexicano de Negócios anunciou o lançamento de um programa de créditos no valor de US\$ 12 bilhões que atenderá 30 mil pequenas e médias empresas, para lidar com os efeitos da crise provocada pela pandemia da Covid-19. O programa é fruto de parceria com o BID Invest, uma instituição que é parte do Banco Interamericano de Desenvolvimento e voltada ao setor privado. O anúncio gerou controvérsia no governo mexicano. O presidente Andrés Manuel López Obrador reagiu ao anúncio da parceria entre o CMN e o BID Invest, dizendo que não gostou do modo como chegaram ao acordo, que seria uma forma de imposição dos planos dessas entidades ao governo. O presidente questionou a existência desse tipo de negociação e o desejo de que a Secretaria da Fazenda endosse o acordo. Em resposta às declarações de AMLO, o presidente do CMN, Antonio del Valle, e o representante do BID no México, Tomás Bermúdez, disseram que houve um mal-entendido por parte do presidente mexicano. Ambos explicaram que a operação é privada e não envolve recursos públicos. Portanto, não implica aumento da dívida do governo nem demanda autorização da Secretaria da Fazenda, cujo papel é de apenas respaldar o acordo pelo fato de ela ser acionista do BID Invest. Outra reação aos questionamentos de AMLO partiu do presidente da Confederação Patronal da República Mexicana, que reafirmou que o acordo não inclui o uso de recursos públicos e que AMLO não está disposto a ajudar e a ser ajudado.

Fontes: [El Universal](#), 27/04/2020; [El Universal](#), 27/04/2020; [El Universal](#), 27/04/2020; [Milenio](#), 27/04/2020.

## Pandemia acentua desigualdades sociais na Índia e na China

No dia 3 de abril, o governo indiano anunciou um pacote de ajuda econômica de US\$ 23 bilhões às pessoas que fazem parte do imenso setor informal do país, que sofre com o impacto do isolamento com milhares de desempregados, empresas fechadas e queda na produtividade. Ademais, o primeiro-ministro Narendra Modi declarou em 14 de abril que

o bloqueio nacional se estenderá até 3 de maio, em uma tentativa de conter a disseminação do vírus. O sistema de saúde pública que busca atender a maior população nacional do planeta (1,3 bilhões de pessoas) não conseguiu amenizar o déficit das necessidades de serviços públicos ameaçados pelo colapso, embora a Índia se destaque como um dos maiores fabricantes de medicamentos genéricos e vacinas no mundo. Quanto às relações com os EUA, em 7 de abril o governo indiano cedeu às pressões de Trump para exportar hidroxiquina (HCQ), o qual tivera sua exportação proibida em 25 de março pela Índia. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores indiano, Anurag Srivastava declarou, também, que daria licença para a venda de paracetamol e HCQ em quantidades adequadas para os países vizinhos que dependem dos produtos da Índia. No caso chinês, em reunião realizada em 27 de abril, Xi Jinping presidiu a 13ª reunião da Comissão Central para uma Reforma Aprofundada. Nessa conferência foi aprovado um plano para garantir suprimentos de emergência em saúde pública, uma diretriz para reforma do seguro médico e um conjunto de medidas visando à retomada do trabalho, emprego, investimento e consumo. As autoridades chinesas, em uma reunião realizada pelo Banco Popular da China, na mesma data, enfatizaram a implementação de políticas financeiras que combatam a pobreza e a disseminação da Covid-19, como o refinanciamento e o aumento de investimentos em recursos financeiros. Ao contrário do que foi visto em países como EUA, Japão e Brasil, o governo chinês optou por não utilizar repasses diretos à população para estimular sua economia. A política desenvolvida pelos chineses baseia-se em um programa de vouchers pré-pagos, contendo duas opções de utilização: a primeira oferece uma quantia em dinheiro destinado a gastos de itens específicos e a segunda oferece somente descontos. Foram destinados cerca de US\$ 565 milhões em vouchers desde o final de março para aumentar os gastos em varejo, restaurantes, viagens e demais setores.

Fontes: [BBC](#), 03/04/2020; [El País](#), 07/04/2020; [BBC](#), 12/04/2020; [CNN](#), 14/04/2020; [Inkstone](#), 17/04/2020; [G1](#), 20/04/2020; [Al Jazeera](#), 22/04/2020; [El País](#), 22/04/2020; [G1](#), 23/04/2020; [CNN](#), 24/04/2020; [El País](#), 24/04/2020; [BBC](#), 27/04/2020; [Xinhua](#), 27/04/2020; [Xinhua](#), 27/04/2020.

## Segregação e preconceitos são agravados com o advento da pandemia na Índia e na China

O mês de abril, além do aumento de ataques xenófobos contra asiáticos pelo mundo, também foi marcado por consequências políticas e sociais da Covid-19 na China e na Índia. Na Índia, os Dalits, frequentemente caracterizados como impuros ou intocáveis, temem que as medidas para deter o avanço da COVID-19 aumentem sua segregação, uma vez que os seus empregos são relacionados à limpeza e trabalhos manuais e, conseqüentemente, estão expostos a um risco maior de contrair a doença. Ainda que o governo indiano considere seus serviços essenciais e, portanto, devem trabalhar durante a epidemia, os Dalits afirmam que não recebem equipamentos de proteção individual suficientes e não têm amparo em rede de segurança social caso fiquem doentes. Além disso, a pandemia apresentou mais uma oportunidade para lançar ataques à comunidade muçulmana no país ocasionando episódios violentos contra o grupo religioso considerado, por razões não científicas, portador do novo Covid-19. Na China, ao passo que o governo busca evitar que novos casos da doença entrem em território nacional, ocorre o aumento da discriminação contra estrangeiros, principalmente os africanos residentes na cidade de Guangzhou. Foram relatados casos em que os mesmos foram expulsos de hotéis e restaurantes, tiveram seus passaportes apreendidos e sofreram ameaças de prisão, ilustrando como a Covid-19 acirra preconceitos anteriores que não se relacionam com problemas sanitários.

Fontes: [Al Jazeera](#), 12/04/2020; [CNN](#), 16/04/2020; [Al Jazeera](#), 18/04/2020; [G1](#), 20/04/2020; [El País](#), 22/04/2020; [G1](#), 23/04/2020; [CNN](#), 24/04/2020; [El País](#), 24/04/2020; [BBC](#), 27/04/2020; [Xinhua](#), 27/04/2020; [Xinhua](#), 27/04/2020.

## Líderes africanos manifestam preocupação com racismo no enfrentamento a Covid-19 na China

No dia 10 de abril, embaixadores africanos em Beijing enviaram uma nota ao Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, e ao departamento internacional do Partido Comunista Chinês, condenando atos discriminatórios contra cidadãos africanos nesse país e demandando o fim imediato de tais práticas. A nota faz referência a medidas tomadas no contexto de prevenção contra uma nova onda de contaminação pela Covid-19. Os embaixadores citam relatos de

expulsões de africanos de apartamentos alugados e de hotéis; apreensão de passaportes; ameaças de revogação de vistos, prisão ou deportação; repetidas submissões a testes contra o vírus e quarentenas forçadas, mesmo no caso de indivíduos sem nenhuma suspeita de contaminação; além de discriminações públicas, como a proibição de entrada de pessoas negras em estabelecimentos comerciais abertos ao público. O centro dessas denúncias é Guangzhou, cidade com maior número de africanos na China. Depoimentos e vídeos postados em redes sociais confirmam o comunicado dos embaixadores. A nota foi enviada também à União Africana, ao presidente Sul-africano, Cyril Ramaphosa, que também ocupa a presidência da organização, e a todos os ministérios das relações exteriores do continente. O Departamento de Relações Internacionais Sul-africano instou autoridades chinesas a investigarem as alegações dos cidadãos africanos. O vice-presidente da U.A convidou o embaixador chinês, no dia 13 de abril, a prestar esclarecimentos acerca desses fatos. Partidos da esquerda e da direita sul-africana condenaram o tratamento desumano, o racismo e a xenofobia em relação aos africanos na China e demandaram que o presidente garanta a segurança de todos os africanos ao redor do mundo. No dia 17 de abril, políticos de diversas nações africanas assinaram uma carta condenando os casos de discriminação e demandando à U.A e ao presidente Ramaphosa uma investigação sobre essas medidas. Em resposta às denúncias, o secretário de comunicação do Ministério das Relações Exteriores, Zhao Lijian, lembrou dos laços de amizade entre a China e o continente africano; afirmou que a China enfrenta a possibilidade de novos casos de Covid-19 por contaminação externa, mas não admite práticas discriminatórias. O secretário afirma ainda que manterá contato com as autoridades de Guangzhou para continuar respondendo às legítimas preocupações e apelos da parte africana.

Fontes: [Reuters](#), 11/04/2020; [Eyewitness News](#), 11/04/2020; [Times Live](#), 12/04/2020; [Frontpageafricaonline](#), 13/04/2020; [The South African](#), 14/04/2020; [The South African](#), 18/04/2020; [The Citizen](#), 18/04/2020; [Africanews](#), 18/04/2020.

## As políticas sociais emergenciais de África do Sul e Turquia no combate a Covid-19

A formulação de políticas sociais para pessoas vulneráveis na África do Sul e na Turquia tem sido alvo de críticas nos respectivos países, porém por razões distintas: na África do Sul pela morosidade na definição de verbas emergenciais, ao passo que na Turquia pela assimetria ao dedicar maior atenção ao setor empresarial. O governo sul-africano vinha recebendo muitas críticas pela demora em oferecer um plano de assistência social contra os efeitos do rígido lockdown imposto à população. O país é particularmente vulnerável devido ao quadro de pobreza e desemprego, bem como à alta incidência de HIV e tuberculose. Somente no dia 21 de abril, o presidente Cyril Ramaphosa apresentou um pacote de 26 bilhões de dólares americanos para combater os efeitos da pandemia. O plano prevê subsídios para as pessoas em situação de pobreza mais acentuada, repasses para os municípios para garantir a prestação de serviços emergenciais, incentivos à criação de emprego e isenção de impostos e empréstimos para empresas em dificuldades. Pessoas desempregadas e sem nenhuma renda receberão por seis meses a quantia de 20 dólares americanos. Já na Turquia, o fundo de seguro-desemprego tem complementado o salário de alguns trabalhadores e 2 milhões de famílias receberam pagamento único de 150 dólares americanos. Todavia, o presidente Erdoğan tem sido criticado por ampliar medidas de auxílio financeiro para empresas e bancos, enquanto pede por doações, no âmbito nacional, para auxiliar os mais pobres durante a pandemia. Em tentativa de estimular a solidariedade da população, Erdoğan declarou que participaria com a doação de sete meses de seu salário e convidou os demais cidadãos a participarem. Ao mesmo tempo, o presidente turco se mostrou relutante em pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional, apesar de 85 países já terem buscado apoio emergencial à instituição. Em contraste com a negativa turca, a África do Sul identifica na cooperação de parceiros internacionais uma forma de enfrentar a pandemia e considera pedir reforços médicos da China e de Cuba para conter a propagação da Covid-19 no país.

Fontes: [Dnoticias](#), 01/04/2020; [Al-Monitor](#), 02/04/2020; [Hurriyet](#), 06/04/2020; [News24](#), 19/04/2020; [Renova Mídia](#), 20/04/2020; [DuvaR](#), 21/04/2020; [News24](#), 23/04/2020.

## **As medidas de isolamento no combate à pandemia da Covid-19 na Turquia e na África do Sul**

Assim como na maioria dos países do mundo, o mês de abril marcou o avanço da pandemia na Turquia e na África do Sul. De acordo com a Universidade Johns Hopkins, a Turquia é o sétimo país com o maior número de casos confirmados para a Covid-19. Mais de 100 mil testes apresentaram resultados positivos e cerca de 2,5 mil mortes foram registradas devido ao vírus. Dentre as medidas restritivas adotadas pelo governo turco no combate à pandemia, ressaltam-se o isolamento de 31 províncias, bem como o confinamento seletivo, no qual pessoas com menos de 20 e mais de 65 anos foram obrigadas a permanecer em casa. Levando em consideração que o país é composto de maioria muçulmana em pleno Ramadã, as mesquitas foram fechadas para orações de sexta-feira, dia de maior concentração de pessoas, e para a Tarawih, oração noturna. Na África do Sul, as primeiras medidas de combate à pandemia da Covid-19 foram estabelecidas no dia 27 de março. Diferente da Turquia, onde a abordagem para os que desrespeitam a quarentena é branda, o toque de recolher do país africano é um dos mais rigorosos do mundo e vem gerando opiniões variadas. Enquanto Ancara determinou a manutenção do comércio, as vendas na África do Sul ficaram restritas a produtos essenciais, como medicamentos, combustível, alimentos e materiais de limpeza. Para garantir o cumprimento do isolamento, o governo sul-africano colocou polícia e exército nas ruas. Desde o início do lockdown, há inúmeras denúncias de violência da polícia nas áreas mais pobres do país – e muitas críticas aos excessos das forças policiais. Balas de borracha, gás lacrimogêneo e até chicotes foram utilizados pelas forças de segurança. Os números impressionam: mais de 17 mil pessoas foram presas, por outro lado, não há dados sobre prisões relacionados ao desrespeito do confinamento na Turquia. O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, defendeu a efetividade das medidas e decidiu estender o lockdown por mais duas semanas, mencionando a flexibilização gradual do isolamento já em maio, com um plano de saída em 5 estágios. Seguindo o mesmo rumo, o governo turco também declarou que planeja flexibilizar algumas medidas de isolamento no final do próximo mês.

Fontes: [Turkish Minute](#), 04/04/2020; [Hurriyet](#), 06/04/2020; [Daily Sabah](#), 14/04/2020; [CNBC](#), 15/04/2020; [Brasil de Fato](#), 21/04/2020; [Daily](#)

[Sabah](#), 23/04/2020; [O Globo](#), 23/04/2020.

## **Covid-19 aumenta incertezas e impacta agenda de negociações climáticas**

No dia 1º de abril, o governo britânico anunciou o adiamento da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas devido a pandemia da Covid-19. A COP-26 aconteceria em novembro de 2020 e foi adiada para o próximo ano, sem previsão de nova data. A questão climática, que representa um cenário de crise para a geração atual e as seguintes – assim como a Covid-19 –, não terá avanços nas negociações para seu enfrentamento este ano. Apesar disso, a secretária executiva da UNFCCC, Patricia Espinosa, comentou que a Covid-19 é a “ameaça mais urgente que a humanidade enfrenta atualmente”, mas pediu que os países não esqueçam que a “mudança climática é a maior ameaça que a humanidade enfrenta a longo prazo”. A pandemia não afetou somente a governança internacional, mas também outras agendas do clima. No início de abril, a Organização Meteorológica Mundial alertou que o monitoramento do clima já está sendo prejudicado por conta da pandemia, a exemplo do fornecimento de informações sobre temperatura, pressão atmosférica, etc., como aquelas provenientes de voos comerciais, que têm sofrido redução drástica. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) também alertaram para o risco de escassez de alimentos devido à Covid-19. O tema da alimentação também faz parte das discussões da agenda climática, principalmente o foco quanto à produção e ao consumo sustentáveis na agenda verde de desenvolvimento dos países. Além da COP-26, a Convenção de Biodiversidade da ONU, que seria realizada na China em outubro, também foi adiada.

Fontes: [Government UK](#), 01/04/2020; [Folha de S. Paulo](#), 01/04/2020; [O Estado de S. Paulo](#), 01/04/2020; [Climate Home News](#), 01/04/2020; [UOL](#), 01/04/2020.

## **Países avançam medidas contra migração usando pandemia como justificativas**

Em resposta a COVID-19 muitos Estados têm tomado medidas de contenção para manutenção da saúde de seus cidadãos. Pelo menos três em cada quatro países, que representa 91% da população mundial, impuseram fechamentos de fronteira parcial ou completa, e estimativas apontam que uma em cada duas pessoas no mundo estão em isolamento enquanto os governos tentam diminuir o número de contaminados. Porém, segundo a analista do Migration Policy Institute, Susan Fratzke, muitos governos têm aproveitado a situação para aprovar e justificar políticas migratórias restritivas que buscavam implementar até antes da pandemia. Mesmo com o posicionamento da ONU sobre o vírus não discriminar com base em nacionalidades, fazendo com que migrantes e refugiados estejam entre os grupos mais vulneráveis a contaminação, países como Canadá, Chipre, EUA, Hungria e México têm usado a pandemia como justificativa para barrar solicitantes de asilo ou deportar migrantes com documentação irregular. No caso dos EUA, o acesso a solicitação de asilo nas fronteiras foi fechado o que levou a deportação até de crianças desacompanhadas para países na América Latina. Na Bósnia, França e Grécia, solicitantes de asilo e migrantes têm sido enviados para campos lotados. Na Itália, o governo tem ordenado que migrantes resgatados no mar sejam mantidos em quarentena em navios. Na América Latina, a falta de coordenação de organizações regionais levou a medidas autônomas de isolamento social e fechamento de fronteiras por parte dos países com base nas orientações da OMS, mas que tem colocado a vida de migrantes em grande risco. Um exemplo é o caso da Costa Rica que criou uma base militar em sua fronteira com a Nicarágua para impedir a entrada irregular de nicaraguenses em seu território. No Brasil, a Polícia Federal suspendeu prazos migratórios e confirmou a não atuação de migrantes durante o prazo de excepcionalidade da pandemia. Ainda assim, a dificuldade de acesso a serviços de assistência e a falta de traduções de orientações de saúde tem mostrado a ineficiência da atuação brasileira, que tem feito migrantes buscarem redes de apoio mútuo entre suas próprias comunidades. Fontes: [Polícia Federal](#), 16/03/2020; [Folha de S. Paulo](#), 17/04/2020; [The New Humanitarian](#), 17/04/2020; [Brasil de Direitos](#), 23/04/2020.



## O racismo amplificado em meio à pandemia

Em meio à pandemia de Covid-19, o racismo permanece e se destaca como determinante nas relações sociais e, por isso, a equidade racial deve orientar a ação dos Estados na resposta à doença. Foi o que alertou no dia 6 de abril o Grupo de Trabalho do Conselho de Direitos Humanos da ONU, apelando às autoridades internacionais compromisso com a igualdade racial. As desigualdades estruturais demonstram que afrodescendentes em muitos países formam base na prestação de serviços, o que os coloca em maior exposição à contaminação. Neste contexto, desigualdades econômicas se traduzem nas disparidades no acesso à serviços de saúde e tratamento para a Covid-19. Ainda no dia 6, o diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) condenou comentários racistas feitos por pesquisadores franceses que colocaram o continente africano como uma “zona de testes” para uma potencial vacina. Diversas organizações antirracistas se posicionaram e viralizaram frases como “A África não é laboratório de testes”. No Brasil, apesar da ação do uso de máscaras ser orientação da OMS, há relatos de discriminação contra homens negros ao utilizarem da proteção: um jovem negro foi abordado ao fazer compras e o segurança do comércio reclamou a Lei nº 6717, proibindo sua permanência no estabelecimento. No Chile, imigrantes haitianos queixam-se do sistema de maus tratos nos atendimentos de saúde e da intensificação da situação com a pandemia: uma comunidade de 30 haitianos foi denunciada como suspeita de ter COVID-19, a ação terminou com o despejo deles de suas casas. O estigma é reforçado pela mídia que associa manchetes sobre a pandemia a imagens de pessoas negras, como apontou a socióloga Maria Tijoux comentando a capa do diário chileno La Segunda do dia 7 que traz uma mulher negra carregando seu filho no colo, ambos utilizando máscaras. Os atos xenofóbicos e o racismo foram denunciados mediante um comunicado escrito por migrantes haitianos e endereçado às autoridades chilenas.

Fontes: [Nações Unidas Brasil](#), 06/04/2020; [RFI](#), 06/04/2020; [Notícia Preta](#), 9/04/2020; [Brasil de Fato](#), 30/04/2020.

**Mulheres lideram iniciativas de combate a Covid-19**

O desempenho e a atuação de mulheres no controle da crise provocada pela Covid-19 foi destaque nos noticiários globais. Em 25 de abril, a chanceler Angela Merkel, da Alemanha, a primeira-ministra Mette Frederiksen, da Dinamarca e suas homólogas Erna Solberg, da Noruega, e Sanna Marin, da Finlândia, foram citadas como líderes que adotaram políticas exitosas de controle e prevenção em seus países. No México, a doutora Ana Lucía de la Garza faz parte da Secretaria de Saúde do governo federal e é responsável pelos informes sobre a pandemia. Segundo notícia publicada em 6 de abril, Ana Lucía, especialista em epidemiologia e mestre em Saúde Pública, integra um grupo de epidemiologistas, infectologistas e médicas de diferentes especialidades que trabalham diretamente no combate ao vírus. Já no Brasil, em 13 de abril, deputadas de diferentes partidos atuam conjuntamente para articular medidas legislativas de apoio às mulheres. O projeto de Lei 1291/2020 visa o combate e prevenção à violência doméstica por via remota de acordo com informação publicada pela Câmara dos Deputados. Mas a atuação feminina extrapola o limite institucional. Na China, em 16 de abril, camponesas se incorporaram às linhas de frente no combate à pandemia, exercendo a fiscalização do cumprimento do distanciamento social e das medidas úteis na redução da disseminação do vírus, como o controle da temperatura corporal na província de Qinghai. Já em Bangladesh voluntárias atuam em campos de refugiados fornecendo informações sobre prevenção e formando redes de comunicação entre mulheres. Reportagem publicada pela ONU Mulheres em 16 de abril mostra que as voluntárias recebem apoio e treinamento para lidar com a pandemia atuando como multiplicadoras no cuidado com a comunidade local. A iniciativa estabeleceu vínculos entre a organização internacional e as necessidades locais incentivando a autonomia das lideranças e garantindo que as mulheres e meninas tenham acesso a informações adequadas de higiene e distanciamento social. No início de abril, segundo a reportagem, 2863 membros da comunidade já haviam sido alcançados.

Fontes: [La Silla Rota](#), 06/04/2020; [Câmara dos Deputados](#), 13/04/2020; [ONU Mulheres](#), 16/04/2020; [ReliefWeb](#), 16/04/2020; [The Guardian](#), 25/04/2020.

**Mulheres iranianas garantem ritual islâmico no sepultamento de vítimas da Covid-19**

No dia 4 de abril registrava-se seis mortes por Covid-19 a cada hora no Irã. O país foi um dos mais afetados pela Covid-19. Em razão dos embargos sofridos pelo governo estadunidense, o Iran tem tido dificuldades para compra de equipamentos médicos e pouco se sabe como está sendo gerida a crise no país. Em meio as críticas direcionadas ao governo iraniano, a principal é relacionada ao ritual para sepultamento dos corpos das vítimas de Covid-19. De acordo com a opinião pública iraniana, as pessoas não podem realizar o procedimento delimitado pela Lei da Sharia, que consiste em enterrar os entes queridos logo após o falecimento e, antes disso, lavar três vezes o cadáver com água, processo denominado Ghosl-e Meyyet. Em 15 de abril foi noticiado que o governo iraniano passou a utilizar um vídeo de mulheres voluntárias lavando corpos de vítimas, postado das redes sociais em março, como forma de publicidade positiva, argumentando que a República Islâmica estava garantindo enterros dignos aos falecidos. As mulheres passaram a ser conhecidas como “coronadamas”, e são descritas como corajosas por darem aos mortos um último ritual islâmico, ainda que coloquem suas saúdes em risco. São três equipes que trabalham em turnos diferentes, de sete horas cada um, e repetem invocações e cânticos religiosos em um processo descrito como solitário e silencioso. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, em razão ao pouco conhecimento sobre o vírus, não há como garantir que haja contaminação a partir da manipulação de corpos, mas a organização orienta que os sepultamentos sejam feitos de forma breve, com poucas pessoas e com uso de equipamento de proteção.

Fontes: [Al Jazeera](#), 04/04/2020; [BBC](#), 15/04/2020; [Los Angeles Times](#), 17/04/2020.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.



[latsul.org](http://latsul.org)

